DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE DOURADO

www.dourado.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

Sexta-feira, 15 de outubro de 2021 | Ano V | Edição nº 790 | Página 1 de 3

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE DOURADO	2
Atos Administrativos	2
Outros atos administrativos	2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Dourado, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Dourado poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.dourado.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Dourado
CNPJ 51.814.960/0001-26
Rua Dr. Marques Ferreira, 591
Telefone: (16) 3345-9000
Site: www.dourado.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

Câmara Municipal de Dourado
CNPJ 01.169.273/0001-27
Praça Alfredo Araújo, 545
Telefone: (16) 3345-1877
Site: www.camaradourado.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001 e Lei Municipal nº 1.617, de 2017.

O Município de Dourado garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.dourado.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/dourado

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE DOURADO

Sexta-feira, 15 de outubro de 2021 | Ano V | Edição nº 790 | Página 2 de 3

PODER EXECUTIVO DE DOURADO

Atos Administrativos

Outros atos administrativos

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO DAS METAS DA LDO REFERENTES AO 2º QUADRIMESTRE DE 2021, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º DA LRF 101/2000.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, nas dependências da Câmara Municipal de Dourado, SP, às 14 horas, realizou-se a audiência publica com o objetivo de Demonstrar e Avaliar as Metas Fiscais do segundo quadrimestre do ano de 2021, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101/00. Os trabalhos foram coordenados pelo Sr. senhor Benedito Antonio Baptista, Diretor do Departamento de Finanças da Prefeitura de Dourado, e auxiliado pelo Sr. Paulo Henrique Grego, contador da Prefeitura Municipal. Iniciou-se os trabalhos apresentando a execução orçamentária relativa ao segundo quadrimestre do exercício de 2021, tendo como objetivo a análise das receitas e despesas do referido quadrimestre, tendo sido primeiramente demonstrado o quadro de desempenho da receita no quadrimestre comparando-se a receita prevista com a arrecadada, conforme segue: Receita liquida prevista R$ 10.004.197,01 – Receita Arrecadada R$ 15.133.679,05, apurando-se uma arrecadação maior do que a prevista até o quadrimestre no valor de R$ 5.129.482,04. Na sequência, foram apresentadas as Despesas consolidadas referente ao segundo quadrimestre, conforme segue: Despesas empenhadas: R$ 12.798.489,72 ; sendo que o executivo Municipal empenhou no quadrimestre R$ 12.474.544,25 e o Legislativo R$ 323.945,47 .Comparando-se a receita arrecadada com a despesa total liquidada no segundo quadrimestre/2021, verifica-se um superávit de R$ 1.013.063,48. Na sequencia foi analisado a execução orçamentária consolidada do *exercício de 2021*, conforme dados extraídos do Balanço Orçamentário – Anexo 14 – Lei 4.320/64, a saber: Receita Arrecadada no exercício = R$ 29.030.765,31; Despesa empenhada no exercício: R$ 27.153.430,21; Despesa Liquidada = R$ 24.526.496,37. Comparando-se a receita arrecadada com a despesa total liquidada até o segundo quadrimestre/2021, verifica-se um superávit orçamentário de R$ 3.855.568,75. Prosseguindo passou-se a análise dos Restos a Pagar inscrito e foi demonstrado que o executivo municipal efetuou o pagamento total do mesmo. Os restos a pagar não processado até o segundo quadrimestre apresentou um saldo de R$ 193.574,08, enfatizando que não há inscrição de restos a pagar da Câmara Municipal. Na sequência passou a avaliação do resultado primário apurado até o segundo quadrimestre que foi de R$ 3.863.381,74. Em referência ao Resultado Nominal foi apurado em 31/08/2021 um resultado de R$ -5.356.789,72. Dívida Consolidada - O Endividamento a Longo Prazo, representado pelos financiamentos juntos ao Desenvolve SP e Caixa Econômica Federal – Programa FINISA, apresentou um saldo em 31/12/2020 de no valor de R$ 1.253.007,56, apresenta um aumento em relação ao primeiro quadrimestre de 2021 devido ao desbloqueio e liberação da segunda parcela do Programa FINISA no valor de R$ R$ 276.244,68, e em 31/08/2021 apurou-se um saldo de R$ 1.416.633,03. Prosseguindo, foi demonstrado a Receita Corrente Liquida apurada no período em análise no valor de R$ 42.127.372,47.Dando continuidade foram demonstrado os índices exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e outras legislações, conforme segue: Despesas com Pessoal - Poder Executivo: conforme artigo 54 e 55 da LRF, a despesa com pessoal atingiu o índice correspondente a 47,08% da R.C.L. apurada; A despesa com pessoal da Câmara Municipal representou 1,87% da Receita Corrente Líquida, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal. Concernente a Saúde a lei determina que seja aplicado o mínimo de 15,00 % das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais conforme a LC 141/2012, tendo sido aplicado 24,24%%, da referida receita, conforme informações extraídas do SIOPS; Em relação a Educação, a legislação determina que seja aplicado o mínimo de 25,00% da Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento e constatou-se foram aplicados o correspondente a 29,10% da referida receita; Quanto ao FUNDEB foi aplicado com remuneração dos profissionais do magistério 76,99%. Em síntese foram destacadas as principais questões da administração levantada em audiência pública, no que se refere à gestão fiscal da administração, analisando desempenho da administração pública e a avaliação dos resultados alcançados. Após as explanações, foi colocada livre a palavra e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, e nada mais havendo a ser tratado a presente audiência pública foi encerrada e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

Letícia F. Gomes Pereira
Jussieu Pedro Pinto
Juelin Christina Luiz dos Santos
Luiz Ap. Abrauches

3

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCICIO DE 2022.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, no auditório do Departamento de Educação, à Rua José Bustani, 600, bairro Jardim Paulista, Dourado, SP, realizou-se a Audiência Pública para avaliar e discutir com a sociedade a Lei Orçamentária Anual – L.OA para o exercício financeiro de 2022, em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF). Coordenando os trabalhos, o Sr. Benedito Antonio Baptista, Diretor do Departamento de Finanças, abriu a audiência pública, saudou os presentes, agradeceu a participação de todos e em seguida explicou que o objetivo da presente reunião seria apresentação e avaliação dos programas existentes na proposta da Lei Orçamentária Anual, bem com a compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Plurianual e elaboração dos programas para o exercício financeiro de 2022. Em seguida passou-se a palavra ao Dr. Marcos Peruzza, para a explanação da proposta para a elaboração do projeto de lei da lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2022. Prosseguindo, passou-se à apresentação da proposta orçamentária para o exercício econômico de 2022, primeiramente demonstrando as fontes de financiamento, ou seja, as receitas públicas, a saber: Impostos, Taxas, e Contribuições de melhoria – R$ 5.745.000,00; Receita Patrimonial – R$ 90.000,00; Receitas de Serviços – R$ 256.700,00; Transferências Correntes – R$ 45.186.500,00; Outras receitas Corrente R$ 168.000,00; Receita de Capital R$ 520.000,00 (-) Dedução para o FUNDEB R$ 6.966.200,00 – Total: R$ 45.000.000,00. Na sequência, foram demonstradas as Despesas Públicas fixadas por Órgãos da Administração Municipal segue: PODER LEGISLATIVO: Câmara Municipal - R$ 1.350.000,00; PODER EXECUTIVO: Departamento de Governo = R$ 1.400.000,00; Departamento Jurídico = R$ 330.000,00; Departamento de Administração = R$ 1.550.000,00; Departamento de Finanças = R$ 1.680.000,00; Departamento de Planejamento, Gestão e Politicas Públicas = R$ 1.460.000,00.; Departamento de Agricultura e Meio Ambiente = R$ 505.000,00; Departamento de Saúde – Fundo Municipal de Saúde R$ 11.500.000,00; Departamento de Zoonoses e Vigilância Sanitária = R$ 430.000,00; Departamento de Educação –Ensino Regular R$ 7.435.000,00 – FUNDEB = R$ 5.985.000,00; Departamento de Obras e Serviços Públicos. Setor de Serviços Públicos R$ 2.785.000,00; Setor Estradas e Rodagens Municipais = R$ 1.030.000,00; Setor de Limpeza Pública = R$ 800.000,00; Departamento de Urbanismo = R$ 1.120.000,00; Departamento de Trabalho e Assistência Social –= R$ 2.430.000,00 – Setor de Merenda Escolar = R$ 850.000,00; Departamento de Cultura e Turismo – Setor de Promoção da Cultura = R$ 570.000,00 – Setor de Turismo = R$ 250.000,00; Departamento de Esporte e Lazer = R$ 340.00,00; Encargos Gerais do Município – Dívida Interna R$ 435.000,00: Encargos Gerais- Obrigações Tributárias e Contributivas R$ 515.000,00 e Reserva de Contingência = R$ 250.000,00, totalizando a despesa pública em R$ 45.000.000,00. Após as explanações abriu ao público a oportunidade para esclarecimento das dúvidas e sugestões a respeito do tema e como ninguém se manifestou o Dr. Marcos Peruzza, agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a Audiência Pública, sendo lavrado a presente ata que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes .

Edilson Faramonde